



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
G A B I N E T E D O V E R E A D O R D U A R T E C O R D E I R O

CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE COOPERAÇÃO

Entre:

MUNICÍPIO DE LISBOA, pessoa coletiva nº 500 051 070, na Praça do Município, concelho de Lisboa, neste ato representada pelo Exmo. Senhor Vereador Duarte Cordeiro, e adiante designada por **Primeira Contratante**;

E

FREGUESIA DE ALVALADE, pessoa coletiva nº 510 832 806, com sede na Rua Conde de Arnoso, nº 5 -B, concelho de Lisboa, aqui representada pelo Senhor José António Borges, na qualidade de Exmo. Presidente da Junta de Freguesia da Alvalade, com poderes para o ato, adiante designada por **Segunda Contratante**.

Considerando que:

I - Fundamentação de facto

1. A reorganização administrativa de Lisboa, publicada pela Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, alterada pela Lei n.º 85/2015, de 7 de agosto, Lei n.º 42/2016, 28 de dezembro e pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, veio implementar uma estratégia de modernização e de adaptação do modelo de governo da cidade que representa uma concretização do princípio da descentralização administrativa e respeita os princípios da universalidade e da equidade no quadro do relacionamento entre o município e as freguesias (artigo 1.º, n.º2 da Lei n.º.56/ 2012).
2. A referida reorganização administrativa veio incrementar uma multiplicidade de tarefas cometidas às autarquias, no concelho de Lisboa, e conseqüentemente a necessidade de recorrer a instrumentos jurídicos, com o desígnio da prossecução conjunta dos fins públicos perpetrados por cada entidade administrativa.
3. É neste contexto territorial e político que emerge o desafio de encontrar formas



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

G A B I N E T E D O V E R E A D O R D U A R T E C O R D E I R O

de articulação e de cooperação interadministrativa, para responder a um pluralismo de interesses e legitimidades, nos tempos hodiernos.

II - Fundamentação de direito

4. Ao longo do tempo, a doutrina tem vindo a defender existirem contratos interadministrativos -dada a natureza pública das partes contraentes-, que tenham como fundamento a cooperação entre entidades administrativas e encontrando-se as partes numa situação de igualdade jurídica.
5. Por outro lado, a garantia constitucional da existência de autarquias locais, nomeadamente o artigo 237.º da Constituição da República Portuguesa (CRP) implica que os interesses locais sejam prosseguidas pelas mesmas.
6. Nesta matéria, vários autores nacionais e estrangeiros, sustentam que a liberdade contratual resulta da própria Constituição, também, para as entidades públicas, como corolário lógico da autonomia pública e mesmo devido ao princípio democrático na organização das entidades públicas.
7. Deste modo, podemos e devemos entender como um novo paradigma a atuação conjunta e concertada entre Municípios e Freguesias, em relação ao exercício de competências conexas e com vista à prossecução de fins comuns, assumindo os contratos cooperativos, o modelo de excelência dessa autonomia pública contratual.
8. Assim, há que enfatizar que o facto de ser permissível a celebração de contratos interadministrativos, de natureza cooperativa, entre o Município e as Freguesias, de modo a garantir uma gestão assente na otimização da utilização das infraestruturas e recursos, ao nível da higiene urbana, através de um “*auxílio financeiro*”, não concretiza nenhum desvio no espírito do nosso legislador que, já tinha “estendido o tapete” ao regime de parcerias, em “águas” do poder local.
9. Tal *ratio* resulta do regime jurídico das autarquias locais, publicado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação em vigor, quer em termos de



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

G A B I N E T E D O V E R E A D O R D U A R T E C O R D E I R O

atribuições, quer em matéria de competências próprias dos respectivos órgãos, e ainda, com o regime especial em Lisboa, por força das disposições da Lei n.º 56/2012, 8 de novembro, na redação atual.

10. Na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, veio o legislador conferir quer em relação às Freguesias, quer ao Municípios, atribuições na promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respectivas populações, em mútua articulação (Cfr. artigo 7.º, n.º1 e artigo 23.º, n.º1, ambos da mesma Lei).
11. Nesse contexto normativo, o legislador reconhece e reforça que, tanto o Município como a Freguesia têm atribuições na promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respectivas populações, incumbindo-lhes a sua articulação, e vai mais longe, especificando em matéria de competências, designadamente a competência da assembleia de freguesia para autorizar a freguesia a estabelecer formas de cooperação com entidades públicas ou privadas e a competência da assembleia municipal para deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações - Cfr artigo 9.º, n.º1, alínea j) e artigo 25.º, n.º1, alínea j), ambos os artigos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, respectivamente.
12. Neste quadro legislativo e doutrinário é associável poder celebrar um contrato interadministrativo entre o Município e a Freguesia, estabelecendo relações de cooperação com vista a garantir uma gestão assente na otimização da utilização das infraestruturas e recursos, ao nível da higiene urbana, com incidência na limpeza das vias e espaços público da freguesia, envolvendo uma participação de um apoio financeiro.
13. Este novo paradigma para uma atuação entre o Município de Lisboa e as Freguesias, reconhecido num contrato interadministrativo de cooperação, com participação de um apoio financeiro, mais não é que a consolidação da doutrina.
14. Nos termos dos artigos 5.ºA e 5.ºB, ambos do Código dos Contratos Públicos,



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

G A B I N E T E D O V E R E A D O R D U A R T E C O R D E I R O

em matéria de contratos interadministrativos de cooperação, determina – é estabelecido que, “a parte II também não é aplicável à formação dos contratos celebrados exclusivamente entre duas ou mais entidades adjudicantes quando se verificarem, cumulativamente, as seguintes condições: o contrato estabelece uma cooperação entre as entidades adjudicantes, no âmbito de tarefas públicas que lhes estão atribuídas e que apresentam uma conexão relevante entre si; a cooperação é regida exclusivamente por considerações de interesse público; e as entidades adjudicantes não exercem no mercado livre mais de 20 % das atividades abrangidas pelo contrato de cooperação”.

15. Nessa medida, encontram-se preenchidas as condições supracitadas, uma vez que se trata de uma cooperação entre Município e Freguesia, no âmbito de tarefas públicas que lhes estão atribuídas e que apresentam uma conexão relevante entre si, exclusivamente por considerações de interesse público, bem como quer o Município quer a Freguesia não exercem no mercado livre mais de 20 % das atividades abrangidas pelo contrato de cooperação.

É celebrado o presente contrato interadministrativo de cooperação, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 7.º, n.º1, 9.º, n.º1, alínea j), 23.º, n.º1 e 25.º, n.º1, alínea j), todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e ainda nos artigos 5.ºA e 5.ºB, ambos do Código dos Contratos Públicos, o qual se rege pelas seguintes cláusulas:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

SEÇÃO 1

COOPERAÇÃO

Cláusula Primeira

Objetivo da cooperação



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
G A B I N E T E D O V E R E A D O R D U A R T E C O R D E I R O

O presente contrato tem como objetivo garantir uma gestão assente na otimização da utilização das infraestruturas e recursos, ao nível da higiene urbana, com incidência na limpeza das vias e espaços públicos da freguesia de **Alvalade**.

Cláusula Segunda

Objeto contratual

1 - Pelo presente contrato, o **Primeiro Contratante** e a **Segunda Contratante** acordam entre si, o estabelecimento de relações de cooperação, através de uma atuação concertada com vista à prossecução os fins comuns mencionados na cláusula primeira, definindo-se nas cláusulas seguintes, os termos e modo dessa cooperação.

2 - O objeto contratual definido no número anterior, envolve uma participação pelo **Primeiro Contratante**, designadamente um apoio financeiro, para desenvolvimento do objetivo previsto na cláusula primeira, nos termos e condições fixadas no presente contrato.

SEÇÃO 2

PRINCÍPIOS, INDICADORES E CRITÉRIOS

Cláusula Terceira

Princípios gerais

No que respeita às relações de cooperação previstas na cláusula segunda do presente contrato, é aplicável o disposto no artigo 281.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula Quarta

Indicadores

Para concretização da cooperação prevista na cláusula segunda do presente contrato são estabelecidos indicadores, os quais são classificados nos termos e condições constantes dos pontos 3 e 4 do Relatório Técnico Operacional, elaborado pelos serviços da Direção Municipal da Higiene Urbana, que aqui se dão por integralmente reproduzidos, conforme Anexo A.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
G A B I N E T E D O V E R E A D O R D U A R T E C O R D E I R O

Cláusula Quinta

Crítérios

Para concretização da cooperação prevista na cláusula segunda do presente contrato são estabelecidos os critérios esclarecidos nos pontos 5 a 10 do Relatório Técnico Operacional, elaborado pelos serviços da Direção Municipal da Higiene Urbana, que aqui se dão por integralmente reproduzidos, conforme Anexo citado na cláusula anterior.

CAPÍTULO II

DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS

SECÇÃO 1

AÇÕES DE COOPERAÇÃO

Cláusula Sexta

Ações da Segunda Contratante

1 - No âmbito do objeto contratual, a **Segunda Contratante** assume o seguinte:

- a) Tendo em conta os indicadores e critérios estabelecidos, nas cláusulas quarta e quinta do presente contrato, é estabelecido, por mútuo reconhecimento, uma gestão assente na otimização da utilização das infraestruturas e recursos, na limpeza das vias e espaços públicos da freguesia;
- b) Promover todas as ações que garantam o cumprimento das relações de cooperação ora contratadas, bem como a execução das ações assumidas;
- c) Cooperar com o **Primeiro Contratante** no acompanhamento e controlo do cumprimento do presente contrato, prestando todas as informações necessárias à sua boa execução;
- d) Aplicar e administrar, de boa-fé e no estrito cumprimento da lei e das normas aplicáveis, o apoio financeiro, tendo em conta o objeto do presente contrato.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DO VEREADOR DUARTE CORDEIRO

2 - Para efeito da alínea a) do número anterior, é considerado que nas freguesias que detenham pressão turística em mais de 50% (cinquenta por cento) do seu território, nos termos do Relatório Técnico Operacional (Anexo A), a gestão assente na otimização da utilização das infraestruturas e recursos, na limpeza das vias e espaços públicos da freguesia, inclui como mínimo a limpeza durante os 7 dias da semana.

3 - Para efeito da alínea b) do número anterior, apresentar obrigatoriamente relatórios trimestrais sobre as ações desenvolvidas no âmbito do objeto do presente contrato, em cada ano civil, sem prejuízo do disposto no número 2 da cláusula oitava.

Cláusula Sétima

Ações do Primeiro Contratante

No âmbito do objeto contratual, o **Primeiro Contratante**, assume as seguintes ações:

- a) Participar através de um apoio financeiro, nos termos estritamente previstos no presente contrato;
- b) Prestar todo o apoio técnico e humano necessário à concretização da cooperação objeto do presente contrato;
- c) Acompanhar as ações, mediante relatórios e informações facultados pela **Segunda Contratante**.

SEÇÃO 2

APOIO FINANCEIRO

Cláusula Oitava

Requisitos cumulativos

1 - A **Segunda Contratante** tem de reunir os seguintes requisitos cumulativos, para celebração do presente contrato, bem como dar lugar à transferência do apoio financeiro em cada ano civil:



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

G A B I N E T E D O V E R E A D O R D U A R T E C O R D E I R O

- a) Apresentação prévia do orçamento e respectivos mapas, bem como relatório de contas em relação aos três últimos anos civis, com incidência no que respeita à higiene urbana, junto dos serviços competentes do **Primeiro Contratante**;
- b) Apresentação prévia do mapa de pessoal, no que respeita aos recursos humanos afetos à higiene urbana, junto dos serviços competentes do **Primeiro Contratante**;

2 - Sem prejuízo do número anterior, nos anos civis subsequentes à celebração do presente contrato, a transferência do apoio financeiro só pode ter lugar com a verificação cumulativa dos seguintes requisitos:

- a) A média da execução orçamental da **Segunda Contratante**, em relação aos dois últimos anos imediatamente anteriores ao ano civil a que diz respeito a transferência, não verifique um decréscimo em matéria de higiene urbana, não se incluindo para esse efeito, os apoios financeiros transferidos no âmbito do presente contrato;
- b) A apresentação obrigatória trimestralmente de relatórios junto dos serviços competentes do **Primeiro Contratante**.

Cláusula Nona

Apoio Financeiro

1 - O **Primeiro Contratante** participa, com um apoio financeiro, anualmente, durante a vigência do presente contrato, sem prejuízo do disposto no número 5 da presente cláusula.

2 - Para efeito de cálculo do montante do apoio financeiro foram considerados os elementos constantes do Relatório Técnico Operacional, elaborado pelos serviços da Direção Municipal da Higiene Urbana Higiene Urbana, que aqui se dão por integralmente reproduzidos, conforme já citado.

3 - O apoio financeiro é transferido para a **Segunda Contratante**, no seguinte modo:



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

G A B I N E T E D O V E R E A D O R D U A R T E C O R D E I R O

- a) Uma primeira tranche, equivalente a 25 % do total do apoio, após a celebração do contrato e até ao fim do primeiro trimestre de cada ano civil;
- b) Uma segunda tranche, equivalente a 25 % do total do apoio, até ao fim do segundo trimestre de cada ano civil;
- c) Uma terceira tranche, equivalente a 25 % do total do apoio, até ao fim do terceiro trimestre de cada ano civil;
- d) Uma quarta tranche, equivalente a 25 % do total do apoio, até ao fim do mês de novembro de cada ano civil.

4 - O apoio financeiro, para o ano de 2019, é de 166 000,00 € (cento e sessenta e seis mil euros), conforme Anexo B, nos termos seguintes:

- a) **1.^a tranche:** no montante de 41 500,00 € (quarenta e um mil e quinhentos euros);
- b) **2.^a tranche:** no montante de 41 500,00 € (quarenta e um mil e quinhentos euros);
- c) **3.^a tranche:** no montante de 41 500,00 € (quarenta e um mil e quinhentos euros);
- d) **4.^a tranche:** no montante de 41 500,00 € (quarenta e um mil e quinhentos euros).

5 - O Primeiro Contratante participa com o apoio financeiro à Segunda Outorgante, para os anos seguintes, com enquadramento nas disposições orçamentais aplicáveis e mediante condições e termos a definir em deliberação específica do órgão executivo, e apoio esse, em função da dotação orçamental disponível.

SEÇÃO 3

EXECUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula Décima

Monotorização da cooperação

A execução do presente contrato será acompanhada, a todo o tempo e de forma contínua, pelos respetivos serviços municipais e da Junta de Freguesia que, para o



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

G A B I N E T E D O V E R E A D O R D U A R T E C O R D E I R O

efeito, podem promover reuniões conjuntas e as visitas que se mostrem necessárias, para monitorização e controlo do objeto do presente contrato.

Cláusula Décima Primeira

Gestor do contrato

Para efeito do disposto no artigo 290.ºA do Código dos Contratos Públicos é designado como gestor do presente contrato Rita João dos Santos Lucas.

Cláusula Décima Segunda

Modificação, Revogação e Resolução

1 - O presente contrato pode ser modificado ou revogado, a qualquer tempo, por acordo entre as partes.

2 - O presente contrato pode ser resolvido por qualquer uma das partes, nos seguintes casos:

- a) Por incumprimento definitivo por facto imputável a um dos Contratantes;
- b) Por razões de interesse público devidamente fundamentado ou alteração anormal e imprevisível das circunstâncias.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula Décima Terceira

Anexos

Fazem parte integrante do presente contrato, para todos os efeitos, os documentos, identificados como Anexos.

Cláusula Décima Quarta

Entrada em vigor e Período de vigência

1 - O presente contrato entra em vigor na data da sua assinatura pelas Partes.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

G A B I N E T E D O V E R E A D O R D U A R T E C O R D E I R O

2 - O período de vigência do contrato é coincidente com a duração do mandato da Câmara Municipal de Lisboa.

O presente contrato é feito em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada uma das Partes.

Lisboa, ___ de ___ de 201_.

O Primeiro Contratante

O Vereador

Duarte Cordeiro

A Segunda Contratante

Presidente da Junta de Freguesia de **Alvalade**

José António Borges



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
G A B I N E T E D O V E R E A D O R D U A R T E C O R D E I R O

Anexo A – Relatório Técnico Operacional



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
G A B I N E T E D O V E R E A D O R D U A R T E C O R D E I R O

Anexo B – Ficha de Caracterização da Freguesia de Alvalade

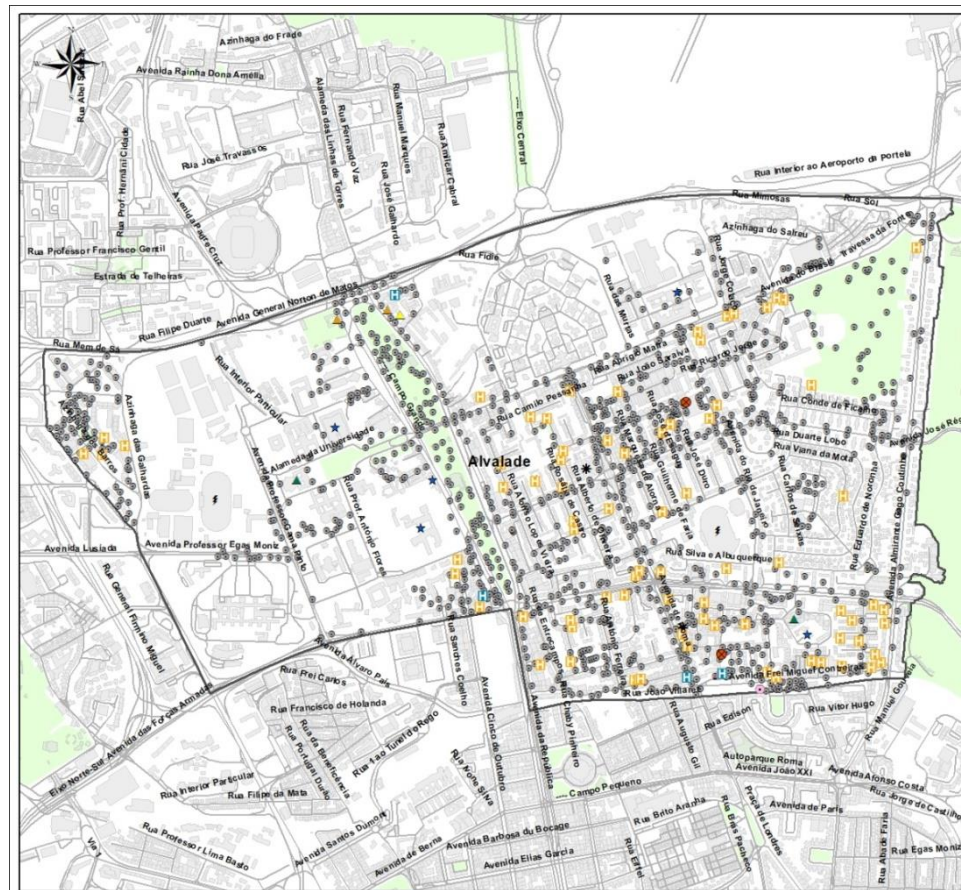


CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

GABINETE DO VEREADOR DUARTE CORDEIRO

Alvalade	
Dados Gerais	
Área total (km ²)	5,34
Nº edifícios habitacionais	2518
Nº alojamentos	18836
População residente	31812
Área parques e jardins (km ²)	0,34
Arruamentos (km)	107,27
Dados modelo: pressão turística	
Alojamento local	76
Hotel	4
Comprar - Centros Comerciais	2
Cultura - Auditórios/Anfiteatros	2
Cultura - Fundações	1
Cultura - Museus	2
Cultura - Teatros	1
Desporto - Estádios	2
Feiras e Mercados - Mercados	2
Património - Imóveis Monumentos Int. Público	5
Transportes - Interfaces	1
Total	98
Dados operacionais	
Nº total de papelarias	1097
*Área sujeita a operações de limpeza (km ²)	0,95
*Papelarias com necessidade acréscimo de intervenção	98
*Área identificada para acréscimo de intervenção (km ²)	0,04
*Zonas/principais arruamentos com necessidade de acréscimo de intervenção	
Avenida de Roma, Avenida Frei Miguel Contreiras, Rua Conde de Sabugosa, Rua Doutor Gama Barros, Rua Guilhermina Suggia, Travessa Henrique Cardoso	
Verba a atribuir para acréscimo de intervenção	166 000 €

*dados estimados



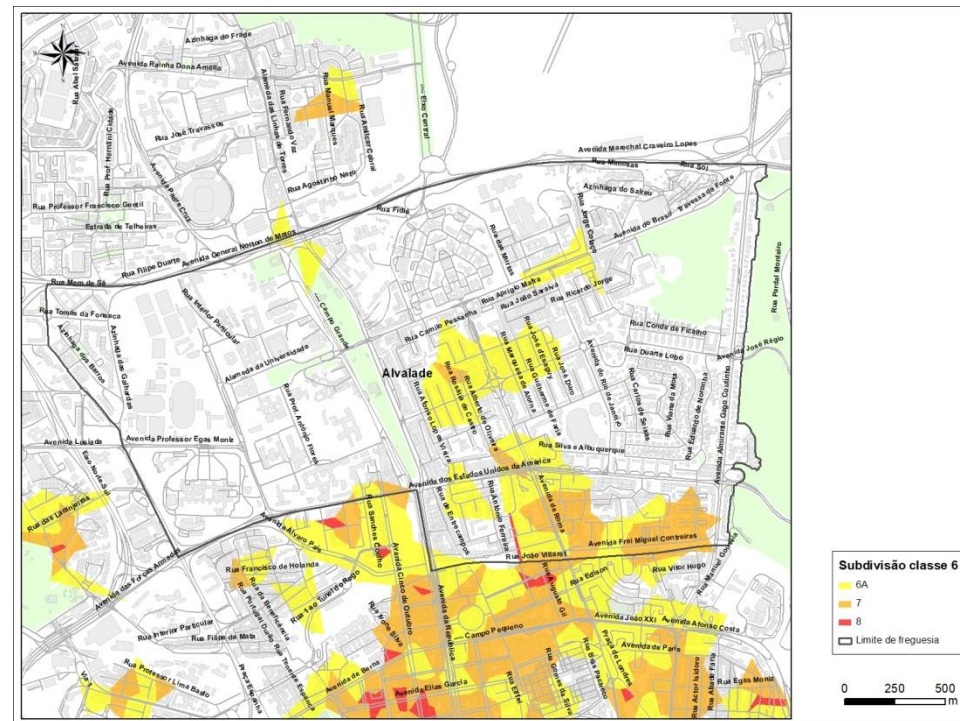
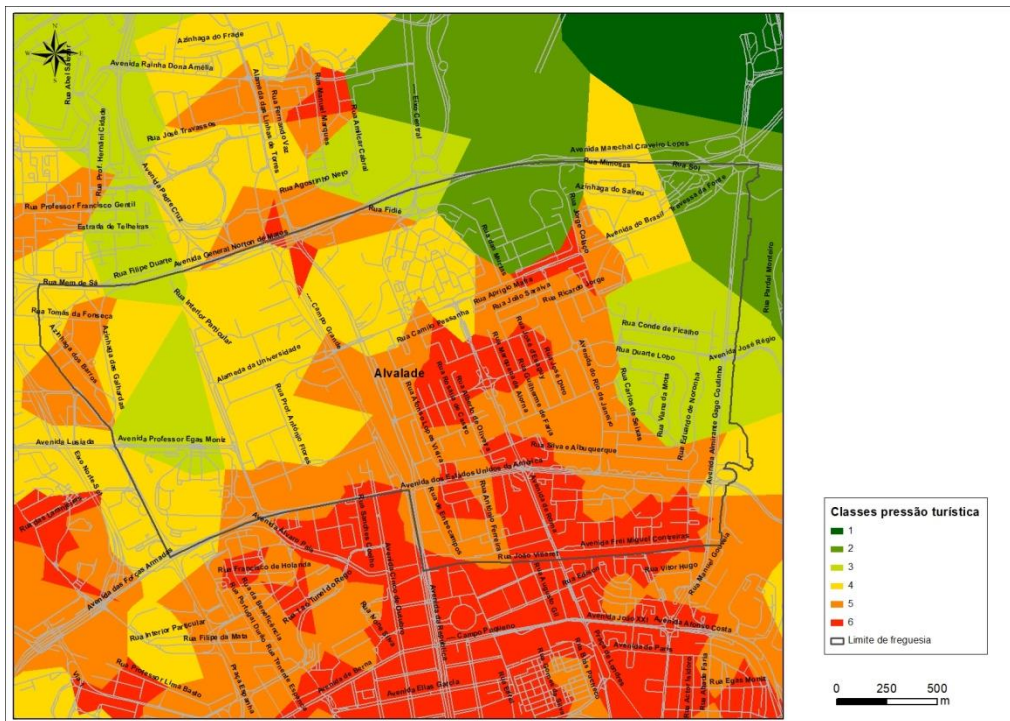
- Pontos interesse turístico**
- Hotel (4)
 - Alojamento local (76)
 - Comprar - Centros Comerciais (2)
 - Cultura - Auditórios/Anfiteatros (2)
 - Cultura - Fundações (1)
 - Cultura - Museus (2)
 - Cultura - Teatros (1)
 - Desporto - Estádios (2)
 - Feiras e Mercados - Mercados (2)
 - Património - Imóveis Monumentos Int. Públi (5)
 - Transportes - Interfaces (1)
 - Papelarias (1 097)
 - Limite de freguesia

0 250 500
m



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

GABINETE DO VEREADOR DUARTE CORDEIRO



*Dados estimados

Nota: as frequências estimadas para acréscimo de intervenção operacional estão definidas na tabela 12 deste documento